



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
FACULDADE DE CEILÂNDIA – FCE
CURSO DE TERAPIA OCUPACIONAL

ANA CLÁUDIA FERREIRA GUIMARÃES

PESSOAS NÃO ALFABETIZADAS E SEU COTIDIANO

BRASÍLIA

2018

ANA CLÁUDIA FERREIRA GUIMARÃES

PESSOAS NÃO ALFABETIZADAS E SEU COTIDIANO

Trabalho de Conclusão de Curso de Terapia Ocupacional apresentado à Universidade de Brasília. Grau pretendido: Bacharel.

Orientadora: Prof. Dra. Josenaide Engracia dos Santos

BRASÍLIA

2018

ANA CLÁUDIA FERREIRA GUIMARÃES

PESSOAS NÃO ALFABETIZADAS E SEU COTIDIANO

Trabalho de Conclusão de Curso de Terapia Ocupacional apresentado à Universidade de Brasília como requisito para a obtenção do título de Bacharel.

Brasília, 07 de dezembro de 2018

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Josenaide Engracia dos Santos
Universidade de Brasília - UnB

Prof. Dr. Rafael Garcia Barreiro
Universidade de Brasília - UnB

AGRADECIMENTOS

À todas as pessoas que me esquentaram o peito durante o período da graduação.

De forma especial: à minha mãe, pela braveza em enfrentar a vida e me permitir condições de chegar até aqui. Ao apoio e incentivo de toda a família. E a todos os presentes em forma de gente que a Terapia Ocupacional me apresentou e me deu a oportunidade de conhecer, conviver, aprender e compartilhar a vida.

Agradeço também de forma especial à minha orientadora Josenaide Engracia, pelos ensinamentos, pelo amor de sua prática e pelo afeto de todos os dias. Pelas vivências e aprendizados com os pacientes do Sol Nascente, especialmente marcantes à minha formação.

Gratidão, sobretudo, aos sujeitos que contribuíram e se permitiram serem estudados por esta pesquisa.

“Cuando entendemos la alfabetización como La formación del sujeto capaz de insertarse en la sociedad letrada, interpretando su mundo y asumiéndose como señor de su propia palabra cuando se relaciona con los demás, es la complejidad de los retos a los que hay que enfrentarse. Desafíos que superan el ámbito estrictamente pedagógico y alcanzan también esferas sociales, políticas, económicas y culturales”

Silvia M. Gasparian Colello

RESUMO

Esse trabalho objetiva compreender as implicações da não alfabetização no cotidiano de pessoas adultas. Sem condições de acesso à educação formal, os indivíduos não dominam os códigos da escrita, da leitura e da resolução de cálculos simples, isso pode reverberar em situações a serem enfrentadas no cotidiano, quanto a emprego, deslocar-se, e tantas outras situações rotineiras. O analfabetismo é uma condição característica de contextos de pobreza e de falta de oportunidades. Para buscar maior compreensão desse processo, a nossa atenção se direciona ao estudo com adultos não alfabetizados, residentes do Sol Nascente, Ceilândia. Pesquisa qualitativa. Metodologia: História de vida. Instrumento de pesquisa: entrevistas em profundidade com roteiro narrativo. 3 Participantes. Análise: primeiro a técnica de recorte e colagem, serão destacadas dos depoimentos as partes que serão grifadas que, depois serão reagrupadas de acordo com o que foi grifado, representando uma possível categoria. Denominamos esse exercício de codificação dos dados, que consiste na marcação de partes consideradas importantes para atingir os objetivos da pesquisa.

Palavras-chave: Analfabetismo. Cotidiano. Terapia ocupacional.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
1.1 Panorama do analfabetismo.....	8
1.2 Objetivos.....	10
1.2.1 Objetivo Geral.....	10
1.2.2 Objetivos Específicos.....	10
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	10
3 MATERIAL E MÉTODO.....	14
3.1 Participantes.....	15
3.2 Instrumento/ Procedimento.....	15
3.3 Aspectos Éticos.....	15
3.4 Análise de Dados.....	16
3.5 Limitações do estudo.....	17
4 RESULTADOS.....	17
4.1 Perfil sócio-demográfico dos entrevistados.....	17
4.2 Análise das narrativas.....	18
5 DISCUSSÃO.....	22
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	25
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	27
APÊNDICE A.....	31
APÊNDICE B.....	32

1. INTRODUÇÃO

1.1 Panorama do Analfabetismo

No Brasil, existe um contingente populacional que sempre esteve à margem da sociedade; sem inserção no trabalho formal nem nas políticas públicas de acesso a direitos fundamentais como a educação. Não ser incluído é uma condição estrutural que tem marcado gerações e que as colocam em situações de vulnerabilidade, ou até mesmo de exclusão social. Essa situação pode levá-los a uma vida precária, sem proteção social e sem a possibilidade de construção de perspectivas, devido a consequências da desigualdade social, uma vez que o Brasil é, atualmente, o 10º país mais desigual do mundo, segundo levantamento da Organização das Nações Unidas (ONU). (EL PAÍS, 2017)

Esses contextos de desigualdades se caracterizam por diversas variáveis marcadoras de exclusão social, que comumente estão diretamente relacionadas. Um dos marcadores a ser considerado é o analfabetismo, que aprisiona as pessoas às situações de vulnerabilidade, uma vez que qualquer possibilidade de ascensão social exige o domínio da linguagem. É comum que a imagem da pessoa analfabeta seja associada à “cegueira” e que essas pessoas sejam percebidas como alguém indefeso ou incapaz. Contudo, as pessoas que não são formalmente alfabetizadas desenvolvem outras formas de se comunicar com o mundo para lidar com o seu cotidiano nos espaços sociais, como na religião, na comunidade e em todos os outros meios aos quais interagem. (BARROS et al, 2012)

Quando analfabetas, as pessoas não dominam os códigos da escrita, da leitura e da resolução de cálculos simples (MARANHÃO, 1998). O analfabetismo é uma condição característica de contextos de pobreza, de pessoas que residem em lugares afastados dos grandes centros e que, geralmente, desde a infância exercem ou se projetam para o trabalho braçal, de acordo com as suas concepções formadas a partir da realidade ao seu redor, ou seja, o analfabetismo constitui-se de acordo com variantes estruturais de condições de vida, desde a infância (BARROS et al, 2012 apud GALVÃO e DI PIERRO, 2010, p. 16). “O analfabetismo não é em si, um freio original. Resulta de um freio anterior e passa a tornar-se freio. Ninguém é analfabeto por eleição, mas como consequência das condições objetivas em que se encontra”. (FREIRE, 1981, p. 23)

A Constituição Federal de 1988, documento máximo da legislação brasileira, afirma, em seu artigo 6º, que a educação é um dos direitos sociais que devem ser assegurados a todos os cidadãos brasileiros ou estrangeiros que residirem em território nacional, além de reconhecer como competência do Estado a promoção de meios de acesso a ela (artg 23, parágrafo V) (BRASIL, 1988). No entanto, no último Censo Demográfico publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010, aponta uma taxa de analfabetismo estimada em 13.933.173 pessoas que não sabiam ler ou escrever, sendo que 39,2% desse contingente era composto por idosos. O censo também apontou que a maior proporção de analfabetos estava nos municípios com até 50 mil habitantes, na região Nordeste: cerca de 28% da população de 15 anos ou mais. Nessas cidades, a proporção de idosos que não sabiam ler e escrever girava em torno de 60%. Já segundo dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), de 2013, a população brasileira estaria estimada em 201,5 milhões de pessoas e a taxa de analfabetismo no Brasil sofreu uma redução: de 8,7% em 2012 para 8,5% em 2013. Separando os dados pelas regiões brasileiras, a maior taxa é a do Nordeste (16,9%) e a menor é a do Sul (4,6%). Na região Centro-Oeste é de 6,5%, na região Norte chega a 9,5% e 4,8% no Sudeste. (IBGE, 2013)

No Distrito Federal em especial, o último levantamento feito através da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD), realizada pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN), apontou que o analfabetismo cresceu no período entre 2013 e 2015. Os dados mostram que o número de pessoas que não sabiam ler nem escrever no DF saltou de 1,9% da população para 2,08%. Em 2015, a estimativa de analfabetos entre a população com 25 anos ou mais era de 3,6%. Brasília conta hoje com uma população estimada em 2,9 milhões de habitantes. (CODEPLAN, 2015)

Com esse panorama sobre o analfabetismo no Brasil, emergem questões tais quais: como as pessoas não alfabetizadas têm lidado com o seu cotidiano? Quais as estratégias utilizadas para que essas pessoas possam realizar as atividades essenciais às suas necessidades individuais? Como se estabelecem as suas relações de trabalho? E, considerando as significações que fazem da própria história, quais as perspectivas que essas pessoas constroem para o próprio futuro?

Para investigar essas questões, é importante salientar que, em terapia ocupacional, o conceito de cotidiano se apresenta como sendo “a vida do homem inteiro,

onde colocam-se seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, ideias, ideologias” (GALHEIGO, 2003 apud HELLER, 2000, p. 17). Sendo assim, além de descrever o perfil sócio-demográfico, esse estudo objetiva a compreensão de questões práticas do cotidiano de adultos não alfabetizados, bem como as formas que se construíram ao longo das histórias de suas vidas. Com este estudo, investigamos as estratégias construídas por pessoas não alfabetizadas, para viverem e se comunicar com o mundo (trabalhar, criar filhos e netos, etc.) em uma sociedade estruturada pela linguagem escrita.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Conhecer as estratégias construídas no cotidiano por pessoas não alfabetizadas, de Ceilândia – Distrito Federal

1.2.2 Objetivos Específicos

- Descrever o perfil sócio demográfico dos participantes da pesquisa (idade, raça, estado civil, religião).
- Investigar se a não alfabetização interfere no desenvolvimento de atividades instrumentais de vida diária
- Conhecer aspectos da não alfabetização nas relações de trabalho.
- Identificar implicações da não alfabetização em projetos futuros, na construção de projetos de vida

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para uma melhor compreensão da situação do analfabetismo no Brasil, faz-se necessária uma retrospectiva sócio-histórica do fenômeno, afim de se contextualizar a questão do analfabetismo à sociedade brasileira.

Segundo Hirschberg (1990, p. 26), a definição de analfabetismo não é consensual por exibir natureza complexa e variável. Atualmente, segundo a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE, as definições dos níveis de letramento, que

é a condição que se adquire ao apropriar-se da leitura e da escrita, são estabelecidas a partir do que se espera que se adquira de conhecimentos em determinados períodos de tempo de escolarização. São consideradas analfabetas as pessoas que não concluíram sequer um ano na escola ou que não possuam aptidão para escrever um bilhete simples, critério estabelecido sob influência da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 1950, para que se identifique o domínio mínimo, mesmo que de forma não funcional, da linguagem escrita. Ou seja, a autodeclaração de possuir aptidão para escrever um bilhete simples é o critério para que pessoas deixem a condição de analfabetas. (FERRARO, 2002)

Já o Instituto Paulo Montenegro (2006-2007), utiliza-se das seguintes premissas para a identificação dos níveis de alfabetismo, divididos em quatro categorias:

- **analfabeto** – corresponde à condição dos que não conseguem realizar tarefas simples, que envolvem a leitura de palavras e frases, ainda que uma parcela destes consiga ler números familiares (número de telefone, preços, etc.);
- **rudimentar** – compreende a capacidade de localizar uma informação explícita em textos curtos e familiares (como um anúncio ou pequena carta), ler e escrever números usuais e realizar operações simples;
- **básico** – as pessoas classificadas nesse nível podem ser consideradas funcionalmente alfabetizadas, pois já leem e compreendem textos de média extensão, localizam informações, mesmo que seja necessário realizar pequenas inferências, leem números na casa dos milhões. No entanto, essas pessoas mostram limitações quando as operações requeridas envolvem maior número de elementos, etapas ou relações;
- **pleno** – classificadas nesse nível estão as pessoas cujas habilidades não mais impõem restrições para compreender e interpretar textos em situações usuais: leem textos mais longos, analisando e relacionando suas partes; comparam e avaliam informações; distinguem fato de opinião; realizam inferências e sínteses. (Costa. e Correa, 2014, p. 15)

As taxas de analfabetismo no Brasil, ainda são demasiadamente elevadas, se comparadas a outros países do mundo, e a população que é atingida é a mesma que sofre de outros problemas que afligem o país:

O fenômeno do analfabetismo e baixo nível de letramento no Brasil é um problema complexo que está associado a múltiplos fatores, tais como a disparidade econômica entre segmentos da população, o acesso ao ensino de qualidade, a democratização dos bens culturais, as condições de vida e de trabalho da população. (COLELLO, 2009, p.63)

Essas condições sociais advindas dos contextos de vulnerabilidade interferem significativamente no modo de constituição de relações com o trabalho, a família e o lazer dessas pessoas, e são consequentes de uma trajetória histórica marcada pela desigualdade social.

No fim do período Brasil Império, a questão do analfabetismo ganhou destaque com o sancionamento do decreto 3.029, de 9 de janeiro de 1881, que ficou conhecida como lei Saraiva, em homenagem a José Antônio Saraiva, então ministro do império responsável pela reforma eleitoral que previa o decreto. A partir daí, os cargos eletivos do império passaram a ser escolhidos por meio de votação direta e, para tal, estabelecia-se algumas condições que precisariam ser cumpridas para que se pudesse exercer o direito ao voto. O texto, dentre outros critérios, tornava obrigatório que os eleitores soubessem ler e escrever, e todos os que não correspondessem a estes critérios estabelecidos, não poderiam participar do processo eleitoral. (BRASIL, 1881). Considerando que o primeiro censo demográfico brasileiro, de 1872 apontava para uma taxa de analfabetismo de 82,3% para pessoas de 5 anos ou mais, e de 82,6% no censo seguinte, em 1890, no início da república, é possível compreender o quão excludente e elitista se apresentou e solidificou durante muitos anos, o processo eleitoral no Brasil. Durante esse período, não existiam grandes disparidades entre os índices de analfabetismo entre os estados. (FERRARO; KREIDLOW, 2004, p. 182) É importante lembrar que a abolição da escravidão só se deu no Brasil, no ano de 1888.

Nesse contexto, a educação não era vista como uma prioridade para as autoridades, que se beneficiavam com a situação em que o trabalhador possuía perfil de ser pobre o suficiente para aceitar salários míseros e ignorantes para não reclamar; nem tampouco era considerado como um grande problema para a maior parcela da população, que não necessitavam da leitura e escrita em seu cotidiano. O analfabetismo só passou a se estabelecer, de fato, como um problema após a Segunda Guerra Mundial, que suscitou mudanças nas estruturas de produção e economia em todo o mundo, principalmente pela introdução das máquinas nos mecanismos de produção e, consequentemente, da necessidade de mão de obra qualificada para operá-las. A educação começou a ser estimulada no Brasil, portanto, para atender a interesses econômicos, pautados na competitividade do mercado, e não para formar cidadãos politizados e capacitados a intervirem na sociedade a que pertenciam. (DEMO, 1996, p. 25-30)

A pobreza em formação política dos cidadãos colaborou para reforçar e enraizar no senso comum a marginalização da população iletrada, atribuindo a ela a “manifestação da ‘incapacidade’ do povo, de sua ‘pouca inteligência’, de sua ‘proverbial preguiça’”. (FREIRE, 2001, p. 15) Portanto, o processo de valorização do letramento e as possibilidades de crescimento econômico associadas a ele atribuiu a condição de inferioridade às pessoas que não tinham oportunidades de desenvolvimento de tais habilidades. Ou seja, dentro da lógica de mercado, destina-se aos analfabetos, as mesmas posições ocupadas anteriormente pelos escravos: os subempregos. Porém, agora de forma assalariada.

O analfabetismo é, pois, “indicativo de um fenômeno real, com múltiplas conotações de preconceito, rotulação, discriminação e estigmatização, constituindo uma forma extrema de exclusão educacional” (FERRARO, 2002), que provoca novas formas de exclusão social e laborativa. Juntamente aos índices de mortalidade infantil e renda per capita, o analfabetismo constitui um dos principais indicadores de subdesenvolvimento de uma nação. (HIRSCHBERG, 1990, p.25)

A partir do censo de 1920, configura-se estatisticamente uma disparidade entre as taxas de analfabetismo entre as regiões. Esse fenômeno se dá, segundo Ferraro e Kreidlow (2004), devido ao processo de urbanização do país. A região sudeste sediava a corte do império e, conseqüentemente, os núcleos do aparelho educacional do Brasil (Rio de Janeiro); a região Sul recebeu muitos imigrantes europeus alfabetizados, principalmente alemães, a partir de 1824, que tiveram sua incorporação no sistema produtivo através da agricultura familiar. Esses fatores contribuíram para a diminuição do analfabetismo nas regiões. Outro aspecto que também contribuiu para essa disparidade foi o aumento populacional nas regiões menos desenvolvidas, sobretudo nas zonas rurais (HIRSCHBERG, 1990, p. 45). Esses marcadores regionais de desenvolvimento urbano foram se solidificando no decorrer do processo de urbanização das cidades e permanecem até os dias atuais.

A respeito das condições sociais a que as pessoas não alfabetizadas eram submetidas, Ferraro (2002 apud, RODRIGUES, 1965) traz a seguinte colocação:

Ser analfabeto, entretanto, não significa ser incapaz. O discernimento não está subordinado à circunstância de saber ler e escrever [...] O analfabeto é um cidadão brasileiro para todos os efeitos. Paga impostos, é convocado para o serviço militar, é chefe de família, pertence a partidos políticos, integra

associações de classe, participa de campanhas eleitorais, é proprietário, é agricultor, é industrial. Mas há uma discriminação injusta: não pode ser eleitor [...]. O analfabeto tem os ônus da cidadania. Não pode ter, todavia, uma de suas prerrogativas ou faculdades essenciais, o que, mais do que injusto, é iníquo e odioso. (RODRIGUES, 1965, p. 6-7)

O voto das pessoas não alfabetizadas permaneceu proibido por mais de um século. O direito de participação no processo eleitoral só foi conquistado em 1985, na primeira eleição após a ditadura militar, com a promulgação da Emenda Constitucional Nº 25, à constituição de 1967. Em seu texto, a Emenda Constitucional regulamenta o voto pelos analfabetos, porém ainda não poderiam concorrer às eleições como candidatos aos cargos do poder executivo. As pessoas não alfabetizadas puderam carimbar suas digitais para sua identificação, e as cédulas de votação foram adaptadas e passaram a ser preenchida com números, e não mais com o nome dos candidatos, o que contribuiu para a introdução da urna eletrônica, utilizada no Brasil desde 1996. (TSE, 2016) (WESTIN, 2016)

3 MATERIAL E MÉTODO

A pesquisa se utiliza da abordagem qualitativa. Segundo Bogdan e Biklen (1994), a pesquisa qualitativa envolve a obtenção de dados descritivos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada. Enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes. Escolhemos como ferramenta metodológica a história de vida. É uma técnica que busca compreender o desenvolvimento da vida do sujeito, recuperando as experiências, crenças, mitos, tradições que permitam compreender melhor a história do entrevistado. Esta pode ocorrer através de uma entrevista, na qual há uma interação com o entrevistador. É um instrumento privilegiado para interpretar o processo social a partir das pessoas envolvidas e das experiências subjetivas (MINAYO, 2000) (VÍCTORA et al, 2000).

Busca conhecer as informações contidas na vida pessoal, fornecendo uma riqueza de detalhes sobre o tema. Dá-se ao sujeito liberdade para dissertar livremente sobre uma experiência pessoal em relação ao que está sendo indagado pelo entrevistador. (BERTAUX, 2005). O método utilizado é biográfico que, para Goldenberg (1997), consiste em uma profunda análise acerca das influencias do contexto social e histórico das pessoas que não foram alfabetizadas em suas construções subjetivas.

Para Garro (1994), quando os indivíduos falam de suas experiências, eles utilizam a memória autobiográfica, que pode ser compreendida, não como reprodução de eventos passados, mas como reconstruções congruentes à compreensão atual; o presente é explicado, tendo como referência o passado reconstruído e ambos são utilizados para gerar expectativas sobre o futuro.

3.1 Participantes

Pessoas residentes do Sol Nascente - Distrito Federal, maiores de 18 anos, não alfabetizadas, que aceitaram participar voluntariamente da pesquisa. Os participantes foram recrutados em parceria com uma das Unidade básica de Saúde do Sol Nascente.

3.2 Instrumento/procedimento:

Para este estudo, foram realizadas entrevistas individuais narrativas. De acordo com Flick (2009), as narrativas produzidas pelos entrevistados, como forma de obtenção de dados, podem ser uma alternativa às entrevistas semiestruturadas. Esse tipo de entrevista permite ao pesquisador abordar um mundo empírico até então estruturado do entrevistado.

A entrevista se compôs de dois núcleos: um para a identificação dos entrevistados e outro, para as questões norteadoras. Durante a entrevista, as perguntas visavam a provocar o diálogo. Para se obter uma narrativa natural, muitas vezes não é interessante fazer uma pergunta direta, mas levar o pesquisado a relembrar parte de sua vida. Para tanto, o pesquisador conduz a provocação de sua memória (BOURDIEU, 2002). As entrevistas realizadas foram transcritas, analisadas e discutidas, procurando estabelecer o diálogo de seu conteúdo com o levantamento bibliográfico realizado.

3.3 Aspectos éticos

Obedeceu às normas e diretrizes da Resolução 466 de dezembro de 2012 da Comissão Nacional de Ética em Pesquisas, que regulamentam pesquisas que envolvem seres humanos, esta pesquisa se compromete em atender às exigências éticas e científicas fundamentais e em tratar os sujeitos envolvidos de acordo com sua dignidade, respeitando-os em sua autonomia e defendendo-os em sua vulnerabilidade. As participações dos sujeitos ocorreram de forma voluntária e tiveram como critério a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. A pesquisa foi aprovada

pelo comitê de ética do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília. CAAE. 90490318.7.0000.5540. Número do Parecer: 2.980.136.

Para a identificação dos entrevistados foram escolhidos nomes fictícios, para que se mantivesse o sigilo. Os entrevistados foram identificados por: João, Rosa e Margarida.

3.4 Análise de Dados

As entrevistas foram transcritas em sua totalidade e submetidas à análise reconstrutiva e sequencial. A análise reconstrutiva significa que o objetivo da reconstrução é decodificar tanto o significado da experiência biográfica vivida no passado quanto o significado da apresentação realizada no presente (ROSENTHAL, 1998).

Para Rosenthal (1995, p. 65), a análise dedica-se aos dados que podem ser vistos como razoavelmente independentes da interpretação do entrevistado sobre sua própria vida. A partir dos dados biográficos vivenciados pelo entrevistado, procede-se à formulação de hipóteses sobre as possíveis implicações de cada um desses acontecimentos, traçando assim trajetórias plausíveis para os entrevistados. Procedendo desta maneira, evidenciam-se as escolhas possíveis no horizonte dos entrevistados e o percurso vivenciado ao longo da vida, descartando-se a intenção de determinismo na trajetória de vida.

Após transcrição, foi realizada a leitura flutuante, que "consiste em estabelecer contato com os documentos a analisar deixando-se invadir por impressões e orientações. [...] destacando os pontos relevantes e selecionando os temas mais marcantes". Cada leitura revela novos conteúdos semânticos. Todas as pesquisas adotaram a análise temática que consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem a comunicação e cuja frequência de aparição podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido (RIBEIRO, 2000)

As transcrições foram feitas de forma literal, sem que correções ortográficas fossem aplicadas.

Através da técnica de recorte e colagem, foram destacados depoimentos que foram grifados, e depois reagrupados, representando uma categoria. Denominamos esse exercício de codificação dos dados, que consiste na marcação de partes consideradas importantes para atingir os objetivos da pesquisa. De posse do material codificado, foi elaborado um quadro demonstrativo com os seguintes itens: desdobramento temático, apresentado os temas que surgiram; agrupamento, apresentando os sub-tema agrupados

por afinidade temática; decodificação, apresentando a interpretação do significado obtido, e a síntese, pautada no referencial teórico. (SANTOS; SANTOS, 2008)

3.5 Limitações do estudo

Dificuldades de encontrar pessoas que não possuíam nenhum grau de alfabetização; a grande maioria das pessoas consultadas se declarava apto a escrever a um bilhete simples.

Dificuldades para encontrar trabalhos recentes sobre o tema do analfabetismo, apesar de os dados mostrarem que ainda é uma temática relevante para que se possa cogitar um sistema efetivo de organização democrática.

5. RESULTADOS

5.1 - Perfil sócio-demográfico dos entrevistados:

	IDADE (ANOS)	MÉDIA
FAIXA ETÁRIA	47 50 65	55
SEXO	QUANTIDADE	%
Feminino	2	66,67
Masculino	1	33,33
RAÇA/COR (autodeclaração)		
Moreno (a)	3	100

ESTADO CIVIL

Solteiro (a)	1	33,33
Casado (a)	1	33,33
Divorciado (a)	1	33,33

RELIGIÃO

Católico (a)	1	33,33
Não possui	1	33,33
Não informado	1	33,33

5.2 Análise das narrativas

· Trabalho, pobreza e falta na escola

É necessário, na verdade, reconhecer que o analfabetismo não é em si, um freio original. Resulta de um freio anterior e passa a tornar-se freio. Ninguém é analfabeto por eleição, mas como consequência das condições objetivas em que se encontram. (FREIRE, 1981, p. 23)

João – *E nove homens. Treze mesmo, né? Aí morreu três homens, tem seis, né. E as quatro mulher, graças a Deus, tá viva. Tem mãe, tem pai. E a situação da gente era essa: a gente trabalhava desde pequeno, meu pai pegava empreita na roça, pegava empreita na mão daqueles fazendeiro, né, que fazendeiro tem condições, né. Aí meu pai pegava, assim, um serviço pra nós trabalhar e nós ia. Nós dormia de baixo do pé de pau, né*

Se considerarmos que alguns pais não apresentam as crianças à sociedade permeada pela escrita, entenderemos que esses participantes não se percebem seguros em uma sociedade fundada na escrita que fazem parte do cotidiano do sujeito. (KLEIMAN, 1993). Situação, que pode afetar as vidas concretas como seu modo de existir e de fazer.

Margarida – *Ela me deixou com minha tia, que era de uma cidade pra outra. Aí porque meu pai: “não, vamo levar não que não dá pra levar”, aí eu, me deixaram, eu fiquei. Quando eu fiquei com 9... Aí quando eu tava com uns 9 anos, aí, só que a gente morava na roça, ninguém tinha esse negócio que estudava não, morava na roça; aí eu já tinha de uns 9 a 10 anos.*

A maioria das pessoas não alfabetizadas, tiveram experiência de campo na infância e adolescência e na época essas famílias rurais não tinham benefícios do governo federal, como Bolsa Família. Segundo Nascimento (2010), em 2004, a atividade agrícola detinha 75,0% do contingente ocupado de 5 a 9 anos de idade, sendo que este percentual baixou para 59,1% na faixa etária de 10 a 14 anos e atingiu 33,9% na população de 15 a 17 anos.

Rosa: *Por causa que quando eu inventava de ir pra estudar, pai não deixava também, na época, a gente ir pra escola [...] Eu morava na roça. E eu tinha que ir pra roça, entendeu? Ou ia pra roça ou, escolhia, ou a roça, a enxada, né, pra plantar feijão, capinar, essas coisas assim, ou escolhia a roça ou escolhia o chicote, um dos dois, entendeu? Então, no lugar da gente... de eu apanhar, levar uma surra de pai, eu preferia ir pra roça capinar.*

As atividades com as crianças na roça podem ser configuradas como trabalho infantil. São atividades produtivas praticadas no dia-a-dia, que prejudicam o desenvolvimento físico, intelectual, social e moral. O “trabalho infantil” está diretamente ligado ao modo de produção capitalista e à infância empobrecida. São crianças oriundas de famílias de baixo poder aquisitivo, cujos membros, porventura, estejam sem formas de sobrevivência e submetem seus filhos ao trabalho infantil (NASCIMENTO, 2010:4)

A não alfabetização e o trabalho.

Nas narrativas, constatou-se que os participantes relatam a exclusão no âmbito da educação, como formas de exclusão social, falta de oportunidades e de acesso a trabalho. O alfabetismo afeta a participação do trabalhador no mercado de trabalho conforme narrativas:

João - *Sem o estudo é muito difícil arrumar um emprego [...] Porque quando eu era mais, eu era mais sadio, eu arrumava emprego, mas assim, serviço pesado*

Margarida - *Aí, então... aí como eu não tive leitura... eu era pra ter ficado na administração, trabalhando na administração aqui, mas como eu não tinha leitura, aí eu fui trabalhar de, fui trabalhar no, no colégio. Eles me botaram pro colégio, na limpeza.*

Rosa - *Dependo de todo mundo. Eu não sei ler. É triste quem não sabe ler, é triste. Tem vez que lá em casa, eu fico pensando, eu penso muito: se eu soubesse ler era mais fácil pra mim.*

Margarida – *A, a, a, a. A pessoa não saber ler, a pessoa não saber ler é ruim porque é o seguinte: porque você não saber ler é você, você... perde a oportunidade de arrumar um emprego melhor, você não sabe... tinha muita dificuldade, nessa época eu tinha dificuldade até de atender um telefone.*

Para Kleiman (1993), ser analfabeto hoje em dia significa estar à margem da sociedade tecnológica e burocratizada em função da qual nossas atividades se articulam.

· **Estratégias dos não alfabetizados para lidar com a escrita formal**

A não alfabetização em pessoas adultas requer formas de lidar no dia a dia formal, Barbosa (2015) afirma que os indivíduos não escolarizados e/ou pouco escolarizados sobrevivem em sociedades letradas, tendo em vista que eles desenvolvem estratégias para lidar com a escrita, ainda que não o façam de maneira convencional conforme depoimento abaixo:

Rosa - *No serviço, a gente trabalha no serviço, mas no mês que é pra assinar a folha, esses papel assim, a gente assina uma coisa que a gente não “tamo” sabendo o quê que tá assinando, isso é ruim pra a gente também, entendeu? E eles não explicam o quê que a gente tamó assinando. Entendeu?*

Margarida – *Essa letrinha assim. Até eu comecei, eu comecei, né, eu, eu fazia assim sem olhar pra identidade, eu, eu ‘acho que já’, depois minha cabeça começou... mais problema que foi acontecendo na vida, fui perdendo fi, fui perdendo fi, fui perdendo... fui tendo problema aí minha cabeça, pronto. Agora, hoje em dia eu faço, assim, se for olhando ali pra identidade.*

Apesar da não alfabetização, é possível perceber que os participantes desenvolveram estratégias de sobrevivência em uma cultura escrita sem estar

adequadamente instrumentalizados para isso, resolvendo problemas, vivendo, trabalhando e amando (SCHWARTZ, 2010, p. 63)

Desafios do cotidiano das pessoas não-alfabetizadas.

A prática de tomar remédios farmacêuticos pressupõe-se, ainda, a habilidade para ler a bula propriamente dita, que, por sua vez, os participantes da pesquisa relatam dificuldades.

João – *pra mim tomar um remédio, só se o médico me explicar como é que toma, tem hora que eu até esqueço. Tem que explicar direito: “[...], cê toma assim, assim, e assim” porque é muito remédio.*

Rosa – *Tudo é complicado pra mim: tomar um remédio, eu não vou saber tomar aquele remédio direito, não vou, por causa que tem que ter as normas, tem que ter os horários, tem que ter, é, é... se for pra tomar de manhã, de manhã até que eu ainda sei né, que é 7 horas né, da manhã, eu sei. Mas e se for pra mim tomar, em comparação, meio dia e vinte, meio dia e meia eu já não sei, entendeu?*

Tendo em vista que o analfabetismo se constitui como uma problemática social, que repercute diretamente nas formas de se auto identificar dos sujeitos e, podemos relacionar como problemática social associada à questão da autoestima, que influencia em toda a percepção dos sujeitos a respeito de si. Conforme narrativa abaixo:

Rosa – *A pessoa que não sabe ler é pior de que um cego. Que tem cego que sabe ler; é cego, mas sabe ler. E a pessoa que não sabe ler é pior de que um cego. É muito ruim você chegar e perguntar a pessoa: “fulano, o quê que é isso aqui?”, “fulano, lê pra mim”, entendeu?*

No que diz respeito à imagem de si, esta sofre influências da primazia atribuída a saberes e experiências dependentes da escrita em nossa sociedade em detrimento de saberes e experiências construídos e compartilhados em práticas orais cotidianas. Não se trata, pois, de uma imagem inerente de si, mas de uma imagem socialmente construída, que resulta de avaliações sociais sobre grupos de pessoas não alfabetizadas (RATTO, 2003)

Atividades básica como uso de dispositivos de comunicação, mobilidade na comunidade, controle financeiro, procedimentos de segurança e respostas de emergência, e fazer compras (WILLARD *et al*, 2011). Dentre os relatos, destaca-se:

Rosa – *a pessoa que não sabe ler depende de todo mundo. Entendeu? Depende de todo mundo. Às vez tem pessoas que... A gente, em comparação, pegar um ônibus, ler uma receita, ler alguma coisa, a gente num sabe. A gente pede pras pessoas ler.*

Rosa - *Então eu dependo dos outros. Dependo pra mim... Até pra isso, pra tomar remédio, pra tomar... Lê um papel pra mim, pra telefonar pra mim que eu não sei também negócios de telefone, eu não sei, é... pra tudo.*

Margarida - *Que não tinha negócio de celular, né. Só era só orelhão ou então telefone fixo e eu não tinha. Quando era pra mim entrar em contato com uma, com uma pessoa, eu tinha que pedir às pessoas pra ligar pra mim, ou no orelhão, ou no telefone fixo. Eu não sabia de nada.*

· **Perspectivas para o futuro**

Quando questionados a respeito de suas perspectivas para o futuro, as narrativas expressaram visões esperançosas, em formas de sonhos, desejos, ideações, e não de planos ou projetos concretos.

João – *Eu agradeço a Deus pela oportunidade que Deus tá dando pra nós, e viver assim mesmo, como Deus tá querendo, né. É o que eu desejo: tudo de bom!*

Margarida. – *Meu sonho, meu sonho é assim, que eu tinha um sonho! Porque no Piauí eu sofri muito, fui muito humilhada, aí o meu sonho que sempre eu... que se um dia Deus me desse uma moradia, uma, uma, uma condiçãozinha a mais, que eu tivesse o meu teto, tivesse as minhas coisinhas de casa, eu ia morar no Piauí pra eu mostrar pra eles que eu também podia.*

Rosa – *O meu sonho, eu tenho dois sonhos na minha vida, um sonho: pegar uma bíblia e ler; o outro sonho: escrever minha vida, o que eu já passei na vida, escrever um livro. Isso é que é meu sonho, entendeu? Eu sonho com isso, sonho.*

6. DISCUSSÃO

· **Aspectos sócio-demográficos**

Os três entrevistados são originários da região Nordeste, região que possui histórico de negligência em relação à educação. A disparidade nas taxas de analfabetismo entre as regiões brasileiras se configurou e solidificou a partir dos censos de 1920 a 1960, e permanece até os dias atuais. Essa realidade pode ser visualizada com base no censo de 2000, por exemplo, quando a desigualdade entre os estados com maior e menor índice de analfabetismo chegou a 27,7 pontos percentuais: 36.5% em Alagoas e 8,8% no Distrito Federal. Os cinco maiores índices de analfabetismo correspondiam a estados do Nordeste (Alagoas, Piauí, Pernambuco e Ceará) (FERRARO; KREIDLOW, 2004). No censo de 2010, o Nordeste seguiu com as maiores taxas em relação ao panorama nacional: 16,9% de sua população. (IBGE, 2010)

Quanto à autodeclaração de cor/raça, todos os participantes da amostra se identificaram como “morenos”, e não como “pardos” ou “pretos”, grupos que somados, segundo o IBGE, configuram a população negra (OLIVEIRA, 2004). O reconhecimento da própria identidade sob o espectro de raça/cor pode ser entendido como:

O sentimento de pertencimento a um grupo racial ou étnico, decorrente de construção social, cultural e política. Ou seja, tem a ver com a história de vida (socialização/educação) e a consciência adquirida diante das prescrições sociais raciais ou étnicas, racistas ou não, de uma dada cultura. (OLIVEIRA, 2004)

Os padrões que são estabelecidos pelo IBGE utilizam o quesito “cor da pele” para efeito de se identificarem as características fenotípicas auto declaradas pela população em uma das seguintes categorias: branco, preto, pardo, amarelo ou indígena. De acordo com o IBGE, portanto, negro é aquele que se declara preto ou pardo (sendo **preto**, cor; e **negro**, raça). Essas informações nos permitem pontuar a sensação de não apropriação desses indivíduos em relação às suas origens históricas e étnicas de pertencimento. O racismo ainda irraigado na cultura reproduz mais um determinante de exclusão: a cor da pele. A negação dessa apropriação identitária lhe retira o pertencimento à categoria tida como inferior. (OLIVEIRA, 2004)

· Narrativas

Em relação às implicações sociais associadas à leitura e à escrita, Ferraro (2002) pontua que:

A alfabetização tornou-se tão importante na sociedade que ser incapaz de ler e escrever causa profundos sentimentos de isolamento, de ser diferente e inferior, o que com frequência conduz os analfabetos a juntarem-se a grupo em que essa deficiência é desconhecida. (FERRARO, 2002 apud DAGLISH, 1983, p.23)

Esse processo reforça e favorece a marginalização da pobreza. Essa pode ser considerada uma relação com atribuição negativa de pré-concepções perpetuadas culturalmente pela sociedade em relação às pessoas não alfabetizadas, bem como aos outros grupo de pessoas que carreguem o estigma da inferioridade.

Todas as formas de preconceitos se fundamentam nas relações de opressão. As relações opressoras se configuram quando um grupo de pessoas, utilizando-se de sua suposta superioridade, não legitima os diferentes modos de ser e pensar de outros grupos; pelo contrário, perpetuam a idéia de que tais diferenças devem ser combatidas e padronizadas, promovendo uma sociedade pautada nas lógicas de mercado e no conservadorismo, para que não se perca o controle/poder de uma elite sádica sobre uma grande população, marcada, desde seu processo de colonização, por relações opressoras de poder. As pessoas que não possuem condições de se incluir no sistema produtivo são marginalizadas e culpabilizadas por não se esforçarem o suficiente. (FREIRE, 2015, p.11)

Portanto, a luta contra os preconceitos assume papel essencial para que se construa uma sociedade onde determinados grupos de pessoas, diferentemente dos relatos coletados nesta pesquisa, não se sintam inferiorizadas por carregarem características que as distinguem do padrão ideal pré-estabelecido aos moldes conservadores, e reproduzido culturalmente.

O combate à essas relações de opressão só se faz possibilidade a partir da existência de condições para que os sujeitos desenvolvam o pensamento crítico em relação à realidade a que pertencem -enquanto classe, e enquanto oprimido nas relações de poder-, a partir de quando as práticas educacionais cotidianas reverberarem como prática de liberdade das opressões. (FREIRE, 2015, p. 41) Educação esta que possui dois componentes: o conhecimento técnico/científico, acessados de forma geral pela linguagem escrita; e da consciência da dimensão política da existência, enquanto ser constituinte de uma sociedade. (DEMO, 1996, p. 22-23) O direito à educação, que foi

negado às pessoas não alfabetizadas, as privam de exercer, portanto, a cidadania que lhes cabe por direito, tendo em vista que considerar-se-á cidadão os indivíduos que estejam “em plena posse dos seus direitos civis e políticos para com um estado livre e sujeita a todas as obrigações inerentes a essa condição”. É o direito de ter direitos e deveres perante a sociedade a que se insere, e poder negociar essas instâncias em favor de uma causa, de um bem comum (VASCONCELOS, 2007), que seria, em outras palavras, a intervenção crítica, munida de consciência política, em uma determinada realidade e/ou contexto sócio-histórico.

O processo de alfabetização constitui-se, portanto, não somente na simples decodificação dos símbolos, mas como meio para apropriação dos saberes que constituem a dimensão da língua escrita, que se subdivide em: lingüística (leitura e interpretação), sócio-cultural (participação na vida pública), cognitiva (compreensão de leitura e escrita, em suas mais diversas estruturas) e pedagógica (ambientes e práticas propícias ao aprendizado). (COLLELO, 2013)

Em relação às condições atuais, apesar das constantes diminuições nas taxas de analfabetismo no decorrer dos levantamentos estatísticos brasileiros, os recentes dados do levantamento feito pelo Instituto Paulo Montenegro, através do Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf), apontam que cerca de 29% da população brasileira não pode ser considerada alfabetizada, pois não apresentam aptidão para ler, compreender, interpretar e comparar informações entre diferentes textos (INAF, 2018)

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Numa sociedade estruturada pela linguagem escrita e permeada pela desigualdade social, não dominar as habilidade de leitura e escrita representa um determinante fator de iniquidade em relação ao acesso a direitos fundamentais e essenciais para a sobrevivência em condições dignas de existência no mundo. No entanto, essas pessoas que não puderam ser alfabetizadas desenvolvem estratégias para realizarem as atividades que lhes são essenciais no dia a dia.

Durante os relatos, as principais dificuldades apontadas pelos entrevistados diz respeito à relativa dependência da ajuda de outras pessoas para realizarem suas atividades e expressam vergonha de sua condição. A não alfabetização produz, portanto, limitações na autonomia dos sujeitos em decidir e tornar realidade, seus anseios e projetos. No

entanto, mais do que evidenciar os problemas, é importante que se evidenciem os pequenos gestos que superam as particularidades e implicações das condições às quais essas pessoas se encontram.

São pessoas que se emocionam, se comunicam, constroem relações de trabalho, casam-se, criam seus filhos e desenvolvem, às suas maneiras, estratégias para exercerem seus respectivos papéis ocupacionais. Que vivem às margens, mas que existem e carecem de cuidados. Que desenvolveram e desenvolvem resiliência perante as mais adversas situações ocorridas no decorrer de suas trajetórias de vida. E que, apesar de todos os problemas e dificuldades que permeiam suas rotinas, ainda são capazes de cultivar no coração a esperança em um futuro melhor.

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

EL PAÍS. **Brasil despenca 19 posições em ranking de desigualdade social da ONU.**

São Paulo, 2017. Disponível em:

<https://brasil.elpais.com/brasil/2017/03/21/politica/1490112229_963711.html> Acesso em: 25 de novembro de 2018

MARANHÃO, Helena Severiano Ponce. Analfabeto: ser e não ser. **Reunião Anual da ANPED (21.: 1998: Caxambu). Anais... Caxambu: ANPED, 1998.**

BARROS, Hélida da Paixão Ro de, et al. Adultos analfabetos e a construção da identidade: “Vixe, quem é a gente sem leitura”? . Apresentação em congresso, 2012. Disponível em: < http://educonse.com.br/2012/eixo_12/PDF/27.pdf >

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. 2013.** [online] Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94414.pdf>>

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado, 1988

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Censo demográfico 2010.** Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/545/cd_2010_educacao_e_deslocamento.pdf>

CODEPLAN. Companhia de Planejamento do Distrito Federal. **PDAD - Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios.** Distrito Federal, 2015. Disponível em: <<http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/Resumo-PDAD-Distrito-Federal.pdf>>

GALHEIGO, Sandra Maria. O cotidiano na terapia ocupacional: cultura, subjetividade e contexto histórico-social. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 14, n. 3, p. 104-109, 2003.

HIRSCHBERG, Alice Irene. **Analfabetismo, o grande não: estatísticas do analfabetismo no mundo, no Brasil e no estado de São Paulo.** 1 edição. São Paulo: Fundação para o Desenvolvimento da Educação - FDE, 1990.

FERRARO, Alceu Ravanello. Analfabetismo e níveis de letramento no Brasil: o que dizem os censos?. **Educação & Sociedade**, v. 23, n. 81, p. 21-47, 2002.

COLELLO, Silvia M. Gasparian. Dimensões do Ler e Escrever na Revisão dos Paradigmas Escolares. **Notandum. Universidade do Porto**, n. 23, p. 63-64, 2009.

BRASIL. Decreto nº 3.029, de 9 de janeiro de 1881. Reforma a legislação eleitoral. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1881, Página 1 Vol. 1pt1

FERRARO, Alceu Ravanello; KREIDLOW, Daniel. Analfabetismo no Brasil: configuração e gênese das desigualdades regionais. **Educação & Realidade**, v. 29, n. 2, p. 179-185, 2004.

DEMO, Pedro. **Um Brasil Mal-Educado**. Editora Universitária Champagnat, Curitiba – PR, 1996.

TSE. Tribunal Superior Eleitoral. **Emenda Constitucional de 1985 garantiu o direito ao voto aos eleitores analfabetos**. 2016. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2016/Novembro/constituicao-de-1985-garantiu-o-direito-ao-voto-aos-eleitores-analfabetos>> Acesso em: 25 de novembro de 2018

WESTIN, Ricardo. **Por 100 anos, analfabeto foi proibido de votar no Brasil**. Senado notícias, 2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/11/04/por-100-anos-analfabeto-foi-proibido-de-votar-no-brasil>>, Acesso em 03 de dezembro de 2018

BOGDAN, Roberto C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação**. Tradução Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Porto: Porto Editora, 1994.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 7. ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 2000.

BERTAUX, Daniel. **Los relatos de vida**. Barcelona, Espanha: Bellaterra; 2005

GARRO, Linda C. Narrative representations of chronic illness experience: cultural models of illness, mind, and body in stories concerning the temporomandibular joint (TMJ). *Social Science & Medicine*, v. 38, n. 6, p. 775-788, 1994. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/0277953694901503?via%3Dihub>

KLEIMAN, Angela B. Exclusão social e alfabetização. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 1, n. 3, p. 97-107, dez. 1993. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X1993000300013&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 01 abr. 2018.

BARBOSA, MARIA LÚCIA FERREIRA DE FIGUEIRÊDO. **Alfabetização de jovens e adultos qual autoestima?**. Revista Brasileira de Educação v. 20 n. 60 jan.-mar. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782015206008>

Flick, U. *Introdução à pesquisa qualitativa*. São Paulo: Artmed; Bookman, 2009.

WILLARD, Helen S., SPACKMAN, Clare S., CREPEAU, Elizabeth Blesedell, COHN, Ellen S., SCHELL, Barbara. *Willard & Spackman - Terapia Ocupacional, 11ª edição*.

Guanabara Koogan, 02/2011. [Minha biblioteca]. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-277-2499-9/cfi/6/2!/4/2/2@0:43.8> Acesso em: 25/11/2018, 14:59.

OLIVEIRA, Fátima. **Ser negro no Brasil: Alcances e limites**. Estud. av. vol.18 no.50 São Paulo Jan./Apr. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142004000100006&script=sci_arttext Acesso em 25/11/2018, 15:03.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 59. Ed. Ver e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015

VASCONCELOS, Teresa. A importância da Educação na Construção da Cidadania. Saber e Educar, 2007. Disponível em: http://repositorio.esepf.pt/bitstream/20.500.11796/714/2/SeE12A_ImportanciaTeresa.pdf Acesso em 25/11/2018, 15:12.

COLLELO, Silvia M. G. Alfabetização: dimensões do ler e escrever e implicações pedagógicas. Programa de Formação de Professores da FTD. FTD editora. 2013. Disponível em: https://docs.wixstatic.com/ugd/2fea7f_e6a398095e3842e4a89f4e573bd552f2.pdf Acesso em: 25/11/2018, 16:02

INAF. Nova edição do Inaf não aponta avanços do alfabetismo no Brasil. 2018. Disponível em <https://drive.google.com/open?id=1ez-6jrlrRRUm9JJ3MkwxEUffltjCTEI6> Acesso em 25/11/2018, 16:55

ROSENTHAL, Gabriele. *Erlebte und erzählte Lebensgeschichte: Gestalt und Struktur biographischer Selbstbeschreibungen*. Frankfurt: Campus Verlag, 1995.

ROSENTHAL, Gabriele. **Die Kinder des "Dritten Reiches": Sozialisiert im familialen Rechtfertigungsdialog**. Hamburger Ed., 1998.

BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: AMADO J. FERREIRA, M. M. **Usos e abusos da história oral**. 5. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

RIBEIRO MGM. **Gestante HIV positivo: a história de vida contribuindo para a assistência de enfermagem** [dissertação]. Rio de Janeiro (RJ): Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola de Enfermagem Anna Nery; 2000.

SANTOS, Inês Maria Meneses dos; SANTOS, Rosângela da Silva. **A etapa de análise no método história de vida: uma experiência de pesquisadores de enfermagem**. Texto contexto - enferm., Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 714-719, Dec. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072008000400012&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 13 out. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-0707200800040001>

GOLDENBERG, M. A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Record, 1997 p.107

FREIRE, Paulo. Ação cultural para a liberdade e outros escritos. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001a.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. 2. Ed. São Paulo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 60.

RATTO, I. Ação política: fator de constituição do letramento do analfabeto adulto. In: Kleiman, A. (Org.). Os significados do letramento. São Paulo: Mercado de Letras, 2003.

GALVÃO, A. M. O.; Di Pierro, M. C. Preconceito sobre o analfabeto. São Paulo: Cortez, 2007.

SCHWARTZ, Suzana. Alfabetização de jovens e adultos: teoria e prática. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. 224p

NASCIMENTO, LUCIANA DA SILVA. Trabalho Infantil: Uma Infância Perdida. Análise do programa de erradicação do trabalho infantil (peti) no município de Macaé. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal Fluminense, Polo Universitário de Rio das Ostras, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social. 2010

Costa. C.M. e Correa, J.G.C. Os efeitos do alfabetismo funcional sobre a empregabilidade. R. bras. Est. Pop., Rio de Janeiro, v. 31, n.1, p. 7-27, jan./jun. 2014

APÊNDICE A

MODELO DE ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

DADOS SOCIO-DEMOGRAFICOS

Nome:

Idade:

Raça:

Escolaridade:

Estado civil:

Religião:

ROTEIRO DE PERGUNTAS

Você poderia começar me contando um pouco da sua história na vida quanto a acesso a estudo?

Você acha que não ter tido oportunidade para estudar interfere no seu trabalho?

Como não saber ler interfere no o seu dia a dia ?

Interfere em projetos futuros na construção de projetos de vida?

APÊNDICE B

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE

Convidamos o(a) Senhor(a) a participar do projeto de pesquisa “**Implicações do analfabetismo no cotidiano dos sujeitos**”, sob a responsabilidade da pesquisadora Josenaide Engracia dos Santos. O projeto trata de como o analfabetismo repercute em todo o ciclo de vida da pessoa, nas atividades cotidianas, projetos futuros e nas relações de trabalho em pessoas que residem no Sol Nascente- Distrito Federal. Compreender como o analfabetismo implica nos cotidianos das pessoas, o reflexo na na construção da sua autoimagem, projeto de vida e relação de trabalho. Aspecto importante para discussão psicossocial. Metodologia: trata-se de uma abordagem qualitativa. A história de vida é uma técnica que busca compreender o desenvolvimento da vida do sujeito, recuperando as experiências, crenças, mitos, tradições que permitam compreender melhor a história do entrevistado.

O objetivo desta pesquisa é: Compreender o analfabetismo nas questões práticas do cotidiano das pessoas do sol nascente, Ceilândia – Distrito Federal

O(a) senhor(a) receberá todos os esclarecimentos necessários antes e no decorrer da pesquisa e lhe asseguramos que seu nome não aparecerá sendo mantido o mais rigoroso sigilo pela omissão total de quaisquer informações que permitam identificá-lo(a)

A sua participação se dará **por meio de entrevista que será gravada. A pesquisa ocorrerá na sua residência, em horário previamente agendado**, na data combinada com um tempo estimado **em trinta minutos, em apenas um encontro para sua realização.**

Os riscos decorrentes de sua participação na pesquisa podem provocar um desconforto pelo tempo exigido ou até um constrangimento pelo teor dos questionamentos. Os riscos estão relacionados ao conteúdo, assunto que podem provocar constrangimento, invasão de privacidade, fortes emoções, ansiedade e receio, a forma de minimizá-los será por meio da **compreensão prévia de todos os sujeitos de pesquisa acerca dos objetivos e instrumentos a serem utilizados no estudo, assim como serão revistas criteriosamente as questões que possam trazer algum tipo de incômodo aos participantes.** Se você aceitar participar, **estará contribuindo para aprofundamento e compreensão do fenômeno social estudado, maior conexão de significados com a**

realidade pesquisada e os dados podem ser utilizados para estratégias de enfrentamento do racismo.

O(a) Senhor(a) pode se recusar a responder (ou participar de qualquer procedimento) qualquer questão que lhe traga constrangimento, podendo desistir de participar da pesquisa em qualquer momento sem nenhum prejuízo para o(a) senhor(a). Sua participação é voluntária, isto é, não há pagamento por sua colaboração.

Todas as despesas que você tiver relacionadas diretamente ao projeto de pesquisa (passagem para o local da pesquisa, alimentação no local da pesquisa ou exames para realização da pesquisa) serão cobertas pelo pesquisador responsável.

Caso haja algum dano direto ou indireto decorrente de sua participação na pesquisa, você poderá ser indenizado, obedecendo-se as disposições legais vigentes no Brasil.

Os resultados da pesquisa serão divulgados na Universidade de Brasília podendo ser publicados posteriormente. Os dados e materiais utilizados na pesquisa ficarão sob a guarda do pesquisador por um período de no mínimo cinco anos, após isso serão destruídos ou mantidos na instituição.

Se o(a) Senhor(a) tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, por favor telefone para: Josenaide Engracia dos Santos, na Universidade de Brasília no telefone 61-33770615 e 61-91640758, no horário de 8 às 17 horas.

Este projeto foi Aprovado pelo Comitê de Ética do Instituto de Ciências humanas da Universidade de Brasília. Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o pesquisador responsável e a outra com o Senhor(a).

Nome / assinatura

Pesquisador Responsável

Nome e assinatura

Brasília, ____ de _____ de _____.